

TRANSPARÊNCIA

EM NOTÍCIA

Newsletter Semanal

12 janeiro 2024

TI Portugal foi ao Parlamento para discutir os resultados do projeto Integrity Watch

A TI Portugal esteve presente numa audição com a Comissão da Transparência e Estatuto dos Deputados, no passado dia 9 de janeiro, para discutir os resultados do projeto Integrity Watch 3.0 e da plataforma Integrity Watch Portugal, lançada em julho de 2023. A Nota Técnica da plataforma Integrity Watch Portugal, que inclui o enquadramento legal e o detalhe da disponibilidade de dados produzidos pela Assembleia da República, também serviu de suporte a esta audiência parlamentar.

[Sabe mais e assiste à sessão na íntegra →](#)

[Integridade na Política →](#)



Cidadania e Transparência: à conversa com José Fontão, Vice-Presidente da TI Portugal

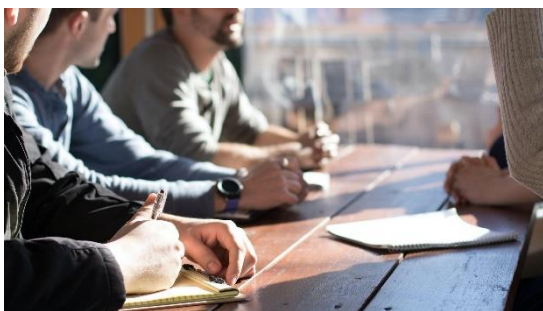


Relatório do GRECO pede reforço dos mecanismos anticorrupção em Portugal

José Fontão, Vice-Presidente da TI Portugal, foi o convidado do segundo episódio do "Não Sou Marcela Mas Também Faço Política" uma rubrica sobre política não institucional e um projeto apoiado pela República Portuguesa - Cultura / Direção Geral das Artes e Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril. Neste episódio, com o tema "Cidadania e Transparência, foram debatidos temas relativos à corrupção política em Portugal, as medidas propostas pelo Mecanismo Nacional Anticorrupção, o papel da TI Portugal e a importância da sociedade civil. Esta foi uma conversa descontraída entre Alice Joana Gonçalves, do projeto "Não Sou Marcela Mas Também Faço Política" e o Vice-Presidente da TI Portugal, onde os interessados podem ficar a saber mais informações sobre o trabalho da TI Portugal e sobre a corrupção, política e não só, no nosso país.

[Assiste ao episódio →](#)

[Integridade na Política →](#)



Parlamento aprova na generalidade 4 projetos de lei para regulamentar lóbi, mas votação na especialidade foi adiada

Apesar dos esforços feitos nos últimos anos, o Estado português precisa de melhorar a eficiência do seu sistema para promover a integridade e prevenir a corrupção nos cargos de topo do Governo. A conclusão é do Grupo de Estados Contra a Corrupção (GRECO), que publicou esta quarta-feira o relatório da quinta ronda de avaliação a Portugal e deixa 28 recomendações para colmatar as falhas identificadas. "Estas deficiências prejudicam efetivamente a credibilidade dos esforços de Portugal para reforçar o sistema de integridade aplicável aos cargos executivos de topo e precisam de ser abordados com forte vontade política e seguidas com determinação", defende o órgão do Conselho da Europa (CoE). **Afinal, nota o GRECO, apesar de Portugal estar na 33.ª posição do Índice de Perceção da Corrupção, 88% dos portugueses acreditam que a corrupção no Governo é um grande problema (muito acima da média europeia, que está nos 62%).**

[Ler mais no Expresso →](#)

[Integridade na Política →](#)



Entidade para a Transparência quer ter plataforma a funcionar nas legislativas

A Entidade para a Transparência (EpT), cuja equipa já se encontra instalada em Coimbra, está a fazer todos os esforços

A Assembleia da República aprovou, na passada semana, na generalidade, os projetos de lei do PS, PSD, IL e PAN para regulamentar o lóbi, que prevê a criação de um registo de transparência da representação de interesses junto do Parlamento. Já esta semana, a Comissão da Transparência e Estatutos dos Deputados decidiu adiar a votação na especialidade dos projetos de lei, o que faz com que os parlamentares não tenham mais uma vez tempo para fechar uma lei do lóbi até à dissolução da Assembleia da República, a 15 de janeiro. **Para a TI Portugal, o objetivo da regulamentação do lóbi deve ser o de garantir a transparência do impacto de diferentes interesses no processo de tomada de decisão pública e política, bem como a responsabilização dos detentores de cargos públicos e políticos relativamente a políticas e legislação promulgadas. Uma das recomendações da TI Portugal aos partidos é a de que não esperem por um consenso no Parlamento para começar a implementar medidas como o registo de reuniões ou ofertas e hospitalidade. Não é precisa uma maioria parlamentar para que grupos parlamentares ou gabinetes ministeriais publiquem, por sua iniciativa, esta informação.**

[Ler mais no NOVO →](#)

[Integridade na Política →](#)



para ter a sua plataforma disponível e a funcionar nas eleições legislativas, afirmou o Tribunal Constitucional. "Não é ainda possível assegurar o início de funcionamento da plataforma [da EpT] numa data concreta, mas o TC [Tribunal Constitucional] e a EpT têm em conta a ocorrência de eleições antecipadas e, naturalmente, desejariam e envidarão todos os esforços para que a plataforma possa encontrar-se em funcionamento nessa data [10 de março], ainda que este objetivo não esteja ainda garantido", afirmou a assessoria de imprensa do Tribunal Constitucional, em resposta à agência Lusa. **No entender de Margarida Mano, Presidente da TI Portugal, "o facto da Entidade para a Transparência e o MENAC pouco mais existirem senão no papel são uma evidência da pouca relevância que é dada à aplicação da política anticorrupção no plano real, naquele que impacta a vida de todos os dias das pessoas."**

[Ler mais no ECO →](#)

[Integridade na Política →](#)



Tribunal de Contas alerta para baixa execução do PRR

O Tribunal de Contas avisa que a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é significativamente inferior às estimativas apresentadas à União Europeia, recomendando que o Governo acelere a execução das verbas. No final de 2022, o nível de execução era apenas um quinto do valor estimado. O alerta é feito no relatório do TdC sobre fluxos Financeiros entre Portugal e a União Europeia e execução de fundos europeus em 2022, onde esta entidade fiscalizadora dá ainda conta de “insuficiências” nos registos contabilísticos. “A execução orçamental do PRR registada na Conta Geral do Estado de 2022 ascendia a 970,1 milhões de euros, traduzindo uma execução acumulada, em 2021 e 2022, de 1.041,5 milhões, valor substancialmente inferior às estimativas apresentadas à UE (5.428 milhões de euros)”, avança a entidade liderada por José Tavares. Segundo o relatório, divulgado nesta segunda-feira, “esgotados dois anos do período de execução do PRR, que deve ser integralmente cumprido até 2026, verifica-se que o nível de execução apurado nos beneficiários diretos e finais do PRR, até 31 de dezembro de 2022, é de apenas 19% do valor estimado no cronograma de execução financeira”. **Para a TI Portugal, a boa utilização de fundos europeus, e do PRR em particular, é fundamental para assegurar o desenvolvimento sustentável do nosso país.**

[Ler mais no Jornal Económico →](#)

[Contributo da TI Portugal para o PRR →](#)

Tribunal de Contas diz que privatização da ANA “não salvaguardou o interesse público”

A privatização da ANA – Aeroportos de Portugal tem sido ao longo dos últimos anos apontada muitas vezes como um ‘mau negócio’ para o Estado português – o atual líder do PS e candidato a primeiro-ministro, Pedro Nuno Santos chegou a classificá-la como “um péssimo negócio para o Estado”. Agora, quatro anos após esta declaração, o Tribunal de Contas vem confirmar que a venda da concessionária dos aeroportos portugueses ao grupo francês Vinci, concretizada em 2013 pelo governo PSD/CDS liderado por Pedro Passos Coelho, “não salvaguardou o interesse público, por incumprimento dos seus objetivos”, “face ao regime legal aplicável e aos contratos de concessão de serviço público aeroportuário celebrados com o Estado Português”. Na auditoria que conduziu à operação, pedida pela Assembleia da República, o tribunal refere que não se verificou “o reforço da posição competitiva, do crescimento e da eficiência da ANA, em benefício do sector da aviação civil portuguesa, da economia nacional e dos utilizadores e utentes das estruturas aeroportuárias geridas pela ANA”. E, por fim, também não foi “minimizada a exposição do Estado Português aos riscos de execução relacionados com o processo de privatização, não se tendo assegurado que o enquadramento deste processo protegeria cabalmente os interesses nacionais”.

[Ler mais no Expresso →](#)

[Negócios Fantasma →](#)

Notícias de fora

Moçambique utilizado para branquear 14,2 milhões desde 2020, incluindo para Portugal

Moçambique foi utilizado para o branqueamento de capitais no valor de mil milhões de meticais (14,2 milhões de euros) de 2020 a 2023, envolvendo transferências para o estrangeiro, incluindo Portugal, segundo relatório a que a Lusa teve hoje acesso. De acordo com o Relatório de Análise Estratégica do Gabinete de Informação Financeira de Moçambique (GIFIM), que analisou dados de janeiro de 2020 a outubro de 2023, em causa está o branqueamento de capitais com base no comércio, “consubstanciada na utilização dos canais legítimos, típicos e comuns no comércio para a prática de atos de branqueamento de capitais”. **No Índice de Perceção da Corrupção de 2022, relatório da Transparency International, Moçambique encontra-se na posição 142, bastante abaixo na tabela global. No seu conjunto, os países integrando a CPLP apresentam uma pontuação média muito baixa (38), razão pela qual a TI Portugal e outras organizações da sociedade civil dos Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa exigem que a agenda da CPLP inscreva o combate à corrupção como uma prioridade.**

[Ler mais →](#)

[Negócios Fantasma →](#)

€34 milhões: Governo português passou de fiador a financiador de obra em Angola

Em maio do ano passado, o Governo português assumiu-se fiador de um empréstimo do Estado angolano para pagar uma obra adjudicada à Mota-Engil por €28 milhões. Em dezembro, o preço subiu 20% e o Governo (já demissionário e em gestão) ficou a pagar tudo. Chamou-se “memorando de entendimento” e foi assinado a 10 de dezembro em Luanda pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho, pelo seu homólogo angolano e pelo embaixador de Portugal naquele país. O documento formalizou um apoio de Portugal de €34 milhões para a recuperação de um antigo forte – São Francisco do Penedo – com vista à criação do Museu da Libertação Nacional de Angola. Entre sorrisos, apertos de mão e declarações sobre a alegada importância da obra para as relações entre os dois países, bem como para a celebração da luta pela liberdade comum aos dois países há meio século, ficou por contar o que estava por trás destes €34 milhões, nomeadamente a forma como Portugal mudou de posição.

[Ler mais →](#)

Agenda/Sugestões

Seminário GADI



O Seminário GADI é uma iniciativa dos Grupos de Apoio e Discussão da TI Portugal subordinado a um tema de discussão específico introduzido por um/a orador/a especialista, seguido de debate. **Os próximos Seminários GADI terão lugar a partir de fevereiro de 2024, nas primeiras quartas-feiras de cada mês, no horário habitual (tema e oradores a definir). A participação nestas reuniões GADI e demais atividades são obrigatórias a condição de Associado/a e a inscrição, salvo convidados pelos respetivos coordenadores.**

Para participar, [torna-te associad@ TI Portugal](mailto:torna-te.associad@tiportugal.org).

Saber mais